



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
Procuradoria da República na Paraíba**

SELEÇÃO PARA ESTÁGIO NA ÁREA DE DIREITO 2014

Data: 08.06.2014

INSTRUÇÕES PARA A PROVA

Leia com atenção as instruções abaixo:

- A prova objetiva é composta por **30 (trinta) questões** objetivas, de múltipla escolha, sendo apenas uma resposta a correta.
- Antes de começar a prova, verifique se todas as páginas e o número de questões estão corretos, não sendo aceitas reclamações após o início.
- A prova subjetiva, que deverá ser manuscrita em letra legível, com caneta esferográfica de **tinta azul ou preta**, constará de uma dissertação a ser elaborada pelo (a) candidato(a), a partir da escolha, análise e interpretação **de apenas um dentre os 02 (dois) temas jurídicos apresentados.** Servirá ela para aferir, além dos conhecimentos jurídicos, a capacidade de expressão do candidato na modalidade escrita, coerência textual e correção gramatical e ortográfica, sendo que **parte da nota nessa prova levará em conta o domínio dessas aptidões relacionadas à língua portuguesa.**
- **Não** é permitida consulta à legislação, doutrina, jurisprudência ou a qualquer outro material e os(as) candidatos(as) não poderão conversar entre si, nem manter contato de espécie alguma.
- O tempo de duração das provas é de **3 (três) horas**, incluído a prova objetiva e subjetiva.
- O(A) candidato(a) deverá acertar, no mínimo, **15 questões** do total das 30 questões para ser habilitado à correção da prova subjetiva.
- Durante a realização das provas não será permitida nenhuma espécie de consulta ou comunicação entre os candidatos, nem a utilização de máquina calculadora, livros, códigos, manuais, impressos ou quaisquer anotações, nem o porte ou uso de qualquer tipo de equipamento eletrônico e/ou de comunicação (bip, telefone celular, relógios digitais, mp3, agenda eletrônica, notebook, palmtop, receptor, tablet, gravador ou outros equipamentos similares), bem como de protetores auriculares, **ficando automaticamente excluído o(a) candidato(a) que for surpreendido nessas situações.**
- Os telefones celulares e similares **não** podem ser manipulados e devem permanecer **desligados** durante o período em que o(a) candidato(a) se encontrar na sala, bem como os pertences não utilizados na prova deverão estar embaixo da carteira, **ficando automaticamente excluído o(a) candidato(a) que for surpreendido nessas situações.**
- Será permitida a saída do candidato com as questões da prova objetiva apenas **após transcorrido 01 (uma) hora do início das provas e desde que entregue a folha de respostas e a dissertação ao fiscal.**
- O(A) candidato(a) deverá preencher **com caneta e com letra de forma** a folha de respostas, escolhendo dentre as alternativas **A, B, C, D**, sendo desconsiderada a resposta se não for atendido o referido critério de preenchimento. Rasuras e a informação de mais de uma alternativa na mesma questão anulará a resposta, bem como o preenchimento **à grafite.**
- **Não haverá substituição da folha de respostas nem da dissertação por erro do(a) candidato(a).**
- Leia com atenção todas as questões e, havendo dúvidas, levante o braço para que um fiscal da prova o atenda.
- O gabarito da prova objetiva será divulgado no dia 09.06.2014, através do site www.prp.mpf.mp.br, ou em lista afixada na recepção do prédio-sede da Procuradora, situada na Av. Getúlio Vargas, nº 277, Centro, abrindo-se o prazo de 02 (dois) dias úteis para interposição de recursos, a contar da data de divulgação do resultado do gabarito oficial
- Não será considerada a dissertação escrita no rascunho.

Boa prova !!!

CONSTITUCIONAL

1. Assinale a alternativa **INCORRETA**, quanto ao tema dos direitos fundamentais:

- a) todos podem reunir-se pacificamente, sem armas, em locais abertos ao público, independentemente de autorização, desde que não frustrem outra reunião anteriormente convocada para o mesmo local, sendo apenas exigido prévio aviso à autoridade competente.
- b) a criação de associações e, na forma da lei, a de cooperativas independem de autorização, sendo vedada a interferência estatal em seu funcionamento.
- c) aos autores pertence o direito exclusivo de utilização, publicação ou reprodução de suas obras, transmissível aos herdeiros pelo tempo que a lei fixar.
- d) a Polícia Federal, de posse de um mandado de prisão expedido contra o indivíduo Tício, encontra-o na rua de sua casa durante a madrugada. Nesse caso, em razão da inviolabilidade do domicílio, a Polícia precisa aguardar o dia amanhecer para cumprir a prisão decorrente de ordem judicial.

2. Assinale a alternativa **CORRETA**, quanto ao tema dos Poderes:

- a) A linha de sucessão do Presidente da República segue a seguinte ordem: Vice-Presidente da República, Presidente do Senado Federal, Presidente da Câmara dos Deputados e Presidente do Supremo Tribunal Federal.
- b) As conclusões das investigações da Comissão Parlamentar de Inquérito são encaminhadas ao Ministério Público, que fica vinculado a apurar a conduta dos indivíduos indiciados no relatório.
- c) Admitida a acusação contra o Presidente da República, por dois terços da Câmara dos Deputados, será ele submetido a julgamento perante o Supremo Tribunal Federal, nas infrações penais comuns, ou perante o Senado Federal, nos crimes de responsabilidade.
- d) O quinto constitucional aplica-se na escolha de Ministros do Supremo Tribunal Federal.

3. Assinale a alternativa **CORRETA**, quanto ao controle de constitucionalidade e aos direitos políticos.

- a) São legitimados universais para propositura de Ação Direta de Inconstitucionalidade perante o Supremo Tribunal Federal o Presidente da República, a Mesa do Senado Federal, a Mesa da Câmara dos Deputados, o Procurador- Geral da República, o Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil e partido político com representação no Congresso Nacional.
- b) o Supremo Tribunal Federal atualmente adota orientação no sentido de restringir os efeitos da ação de mandado de injunção às partes da demanda.
- c) A idade mínima para se candidatar a Presidente da República é de 30 anos.
- d) são inelegíveis, no território de jurisdição do titular, cônjuge e os parentes consanguíneos ou afins, até o terceiro grau ou por adoção, do Presidente da República, de Governador de Estado ou Território, do Distrito Federal, de Prefeito ou de quem os haja substituído dentro dos seis meses anteriores ao pleito, salvo se já titular de mandato eletivo e candidato à reeleição.

4. Quanto ao conceito de Constituição e Organização do Estado, assinale a assertiva **CORRETA**:

- a) A Federação é uma forma de Estado na qual há descentralização política, ou seja, existem centros de poder relativamente autônomos entre si. Na Federação está assegurado o direito de secessão.
- b) A República é uma forma de Governo em que o acesso ao poder é franqueado a qualquer cidadão, mediante o preenchimento dos requisitos necessários para a candidatura a cargo eletivo.
- c) A Constituição brasileira pode ser classificada como dogmática, analítica e outorgada.
- d) O Brasil adotou o sistema federativo clássico ou dual. Por isso os municípios não possuem o “status” de ente federativo.

5. Assinale a alternativa **INCORRETA**, quanto ao Ministério Público:

- a) São princípios institucionais do Ministério Público a unidade, a indivisibilidade e a independência funcional.
- b) O Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis.
- c) O Ministério Público da União tem por chefe o Procurador-Geral da República, nomeado pelo Presidente da República dentre integrantes da carreira, maiores de trinta e cinco anos, após a aprovação de seu nome pela maioria absoluta dos membros do Senado Federal, para mandato de dois anos, permitida uma recondução.
- d) A legitimação do Ministério Público para a ação civil pública não impede a de terceiros, nas mesmas hipóteses, segundo o disposto na Constituição e na lei.

ADMINISTRATIVO

6. Assinale a alternativa **INCORRETA**:

- a) Incorre em excesso de poder o agente público que atua fora dos limites de sua competência.
- b) A invalidação da conduta abusiva tanto pode ocorrer na própria esfera administrativa (autotutela) quanto por meio de ação judicial, inclusive através de mandado de segurança.
- c) Poder discricionário pode ser definido como a prerrogativa conferida aos agentes administrativos de elegerem, entre várias condutas possíveis, a que traduz maior conveniência e oportunidade para o interesse público.
- d) Não se admite o controle judicial dos atos discricionários, tendo em vista que cabe exclusivamente ao administrador aferir os critérios de conveniência e oportunidade.

7. A respeito dos atos administrativos é **CORRETO** afirmar que:

- a) A teoria dos motivos determinantes baseia-se no princípio de que o motivo do ato administrativo deve sempre guardar compatibilidade com a situação de fato que gerou a manifestação da vontade.
- b) A teoria dos motivos determinantes não se aplica aos atos discricionários.

c) A autoexecutoriedade dos atos administrativos significa que estes são cogentes, obrigando a todos quantos se encontrem em seu círculo de incidência.

d) A característica da imperatividade, frequentemente utilizada no poder de polícia, significa que o ato administrativo, tão logo praticado, pode ser imediatamente executado e seu objeto imediatamente alcançado.

8. Assinale a alternativa **CORRETA**:

a) Os contratos administrativos traduzem um conjunto de direitos e obrigações em relação aos quais as partes se situam no mesmo plano jurídico, não havendo supremacia de uma sobre a outra.

b) Em decorrência do princípio da isonomia, não se admite, em hipótese alguma, vantagens especiais ou o predomínio da vontade da Administração sobre a do outro contratante.

c) Os serviços públicos não podem ser delegados a particulares já que constituem atividades instituídas e prestadas pelo Estado com vistas à satisfação de necessidades da coletividade.

d) O princípio da generalidade significa que os serviços públicos devem beneficiar o maior número possível de indivíduos e sem discriminação entre os beneficiários, quando tenham estes as mesmas condições técnicas e jurídicas para fruição.

9. A respeito das licitações, assinale a alternativa **INCORRETA**:

a) A dispensa de licitação caracteriza-se pela circunstância de que, em tese, poderia o procedimento ser realizado, mas que, pela particularidade do caso, decidiu o legislador não torná-lo obrigatório.

b) É inexigível a licitação quando houver inviabilidade de competição.

c) É inexigível a licitação para a compra ou locação de imóvel destinado ao atendimento das finalidades precípuas da administração, cujas necessidades de instalação e localização condicionem a sua escolha, desde que o preço seja compatível com o valor de mercado, segundo avaliação prévia.

d) Em qualquer dos casos de dispensa, se comprovado superfaturamento, respondem solidariamente pelo dano causado à Fazenda Pública o fornecedor ou o prestador de serviços e o agente público responsável.

PROCESSO CIVIL

10. No âmbito da Lei de Improbidade Administrativa, é **CORRETO** dizer:

a) Somente agentes públicos respondem por atos de improbidade administrativa.

b) Particulares, independentemente da situação em que se encontrem, também podem ser acionados pela prática de atos de improbidade administrativa.

c) Para responder pela prática de atos de improbidade administrativa, o agente público não pode ter vínculo precário com a administração pública.

d) Responde pela prática de atos de improbidade administrativa aquele que, mesmo não sendo agente público, induza ou concorra para a prática do ato de improbidade ou dele se beneficie.

11. Sobre tutela antecipada marque a alternativa **INCORRETA**:

- a) A tutela antecipada pode ser concedida desde que, além de prova inequívoca e verossimilhança da educação, haja fundado receio de dano irreparável ou de difícil reparação.
- b) A tutela antecipada pode ser concedida mesmo quando houver perigo da irreversibilidade do provimento.
- c) A tutela antecipada pode ser concedida desde que, além de prova inequívoca e verossimilhança da educação, fique caracterizado o abuso de direito de defesa ou o manifesto propósito protelatório do réu.
- d) A tutela antecipada poderá ser revogada ou modificada a qualquer tempo.

12. No sistema recursal brasileiro podemos afirmar que:

- a) O agravo de instrumento é dotado dos efeitos devolutivo e suspensivo.
- b) A apelação é sempre recebida com efeito devolutivo e suspensivo.
- c) Como regra o agravo é interposto na forma retida, salvo se a decisão for suscetível de causar à parte lesão grave e de difícil reparação, quando o agravo será por instrumento.
- d) A interposição de embargos de declaração não interrompem o prazo para interposição de outros recursos.

13. Sobre o processo coletivo, marque a alternativa **INCORRETA**:

- a) A defesa coletiva será exercida quando se tratar de interesses ou direitos difusos, assim entendidos, para efeitos deste código, os transindividuais, de natureza indivisível, de que sejam titulares pessoas indeterminadas e ligadas por circunstâncias de fato.
- b) A defesa coletiva será exercida quando se tratar interesses ou direitos coletivos, assim entendidos, para efeitos deste código, os transindividuais, de natureza indivisível de que seja titular grupo, categoria ou classe de pessoas ligadas entre si ou com a parte contrária por uma relação jurídica base;
- c) A defesa coletiva será exercida quando se tratar de interesses ou direitos individuais homogêneos, assim entendidos os decorrentes de origem comum.
- d) A única forma de defesa dos direitos difusos, coletivos e individuais homogêneos é por meio da Ação Civil Pública, a qual só pode ser manejada pelo Ministério Público.

DIREITO PENAL

14. Assinale a alternativa **CORRETA**:

- a) o Decreto-Lei 201/67 aplica-se unicamente aos prefeitos e vereadores, sendo exceção à teoria monista, já que aos eventuais coautores incide o Código Penal, conforme o caso;
- b) a associação para o tráfico de drogas caracteriza-se com a união de, pelo menos, três indivíduos para o fim de praticar, reiteradamente ou não, qualquer dos crimes previstos nos arts. 33, caput e § 1o, e 34 da Lei 11.343/2006;
- c) o tráfico interestadual de drogas é de competência da Justiça Estadual;
- d) servidor público que dispensa indevidamente licitação comete crime previsto na Lei 8.666/93, não alcançando porém o particular beneficiado, que, no entanto, poderá responder por corrupção passiva.

15. Assinale a alternativa **ERRADA**:

- a) a prescrição, depois da sentença condenatória com trânsito em julgado para a acusação ou depois de improvido seu recurso, regula-se pela pena aplicada, não podendo, em nenhuma hipótese, ter por termo inicial data anterior à da denúncia ou queixa;
- b) é concorrente a legitimidade do ofendido, mediante queixa, e do Ministério Público, condicionada à representação do ofendido, para a ação penal por crime contra a honra de servidor público em razão do exercício de suas funções;
- c) o crime de extorsão se consuma ainda que não se obtenha a vantagem indevida;
- d) o crime de lavagem de dinheiro somente se configura se houver qualquer um dos crimes antecedentes previstos na Lei 9.613/98, sendo considerados *numerus clausus*.

16. É **CORRETO** afirmar:

- a) o erro sobre a ilicitude do fato excluía a culpabilidade. Todavia, após a reforma penal de 1984, não foi mais aceito no ordenamento jurídico por ferir o princípio da *ignorantia legis neminem excusat* (inescusabilidade da ignorância da lei);
- b) a qualidade de funcionário público do agente, no crime de peculato, estende-se também aos coautores ou partícipes do delito, salvo se o particular desconhece a condição de funcionário público do sujeito ativo, podendo responder por outro delito, conforme o caso;
- c) para a comprovação do crime de falsidade ideológica, via de regra, é exigível exame pericial;
- d) a falsificação de dólar, quando ocorrida no Brasil, não se sujeita à jurisdição brasileira. Todavia, o infrator poderá ser extraditado conforme tratado internacional, salvo se for brasileiro nato.

17. Julgue as assertivas abaixo e assinale a **CORRETA**:

- a) segundo vem decidindo reiteradamente o STJ, aplica-se o princípio da insignificância aos crimes de roubo e furto, quando mínima a repercussão patrimonial;
- b) o cálculo da prescrição deve levar em consideração as causas de aumento de pena nos casos de concurso formal e crime continuado;
- c) conforme já assentado pelo STF em recente súmula vinculante, o pagamento do tributo ou contribuição social, com todos os seus acessórios, só extingue a punibilidade se ocorrer até o recebimento da denúncia nos crimes contra a ordem tributária;
- d) em que pese a aceitação do princípio da insignificância no ordenamento brasileiro, ele não é aplicável ao crime de moeda falsa, ainda que o agente falsifique uma única cédula de R\$ 2,00 (dois reais).

18. Assinale a alternativa **CORRETA**:

- a) o oferecimento da denúncia ou da queixa interrompe o curso da prescrição;
- b) seguindo uma linha mais garantista, o atual entendimento do STF permite o reconhecimento da prescrição virtual;
- c) a *lex mitior* pode ser aplicada a qualquer tempo, salvo se a sentença condenatória tenha transitado em julgado;
- d) o Código Penal pátrio admite o chamado concurso formal heterogêneo de delitos.

PROCESSO PENAL

19. Marque a alternativa **ERRADA**.

O juiz ao proferir a sentença:

- a) mencionará as circunstâncias agravantes ou atenuantes definidas no Código Penal, cuja existência reconhecer nos autos;
- b) considerando os prejuízos sofridos pelo ofendido, fixará valor mínimo para reparação dos danos causados pela infração;
- c) deverá computar, para fins de determinação do regime inicial de pena privativa de liberdade, o tempo de prisão provisória, de prisão administrativa ou de internação, no Brasil ou no estrangeiro;
- d) decidirá, fundamentadamente, sobre a manutenção ou, se for o caso, a imposição de prisão preventiva ou de outra medida cautelar, ressaltando-se que caso o réu esteja foragido a apelação será deserta.

20. Assinale a alternativa **CORRETA**.

De acordo com o Código de Processo Penal, no processo comum ordinário e sumário, oferecida a denúncia, o juiz, se não a rejeitar liminarmente:

- a) a recebe imediatamente e somente depois manda citar o réu, para que responda a acusação no prazo de 10 dias;
- b) o juiz cita o réu, e somente após a sua resposta, recebe a denúncia;
- c) o juiz intima o réu e seu defensor, e somente após a resposta recebe a denúncia;
- d) o juiz recebe a denúncia, e cita o réu para que em 5 dias apresente resposta a acusação, e após a resposta pode ou não confirmar o recebimento da denúncia.

21. Assinale a alternativa **ERRADA**.

- a) O juiz não pode decretar de ofício a prisão preventiva, porém, pode decretar de ofício a prisão temporária;
- b) o juiz poderá substituir a prisão preventiva pela prisão domiciliar;
- c) a monitoração eletrônica é medida cautelar alternativa à prisão preventiva;
- d) a autoridade policial poderá conceder fiança nos casos que a pena privativa de liberdade máxima não ultrapassar 4 anos.

22. Assinale a alternativa **ERRADA**.

- a) compete a Justiça Federal julgar os crimes praticados contra os Correios (Empresa de Correios e Telégrafos) ou contra a FUNASA (Fundação Nacional de Saúde);
- b) compete a Justiça Federal julgar os crimes praticados contra o INSS (Instituto Nacional de Seguridade Social) ou contra companhias federais;
- c) compete a Justiça Estadual julgar os crimes praticados contra o Banco do Brasil ou contra a CBTU (Companhia Brasileira de Trens Urbanos);
- d) compete a Justiça Federal julgar crimes de desvio de recursos públicos enviados aos municípios para aplicarem em educação, nos casos em que a prestação de contas destes recursos ocorra perante o FNDE (Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação).

23. Assinale a alternativa **ERRADA**.

- a) pelo princípio da comunhão das provas, a prova juntada pela acusação pode ser utilizada em benefício da defesa;
- b) no Processo Penal o Ministério Público tem prazo em dobro para recorrer e para se manifestar em geral nos autos;
- c) no processo penal é possível a citação por hora certa e por edital;
- d) no recurso de apelação é possível a parte apresentar as razões recursais apenas perante o tribunal.

DIREITO AMBIENTAL

24. Assinale a alternativa **INCORRETA**.

- a) A Constituição Federal, em seu artigo 22, determina competir *privativamente* à União legislar sobre: água, energia, jazidas, minas e outros recursos minerais e atividades nucleares de qualquer natureza.
- b) A União não pode autorizar os Estados-Membros a legislar sobre questões específicas incluídas no parágrafo único do artigo 22 da Constituição Federal.
- c) A União, na forma do artigo 23 da Constituição Federal, tem competência *comum* com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios para proteger o meio ambiente.
- d) O artigo 24 da Constituição Federal determina competir à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre florestas, caça, pesca e fauna.

25. Assinale a alternativa **CORRETA**.

A responsabilidade por danos causados ao meio ambiente pode ser aplicada:

- a) somente a pessoa física;
- b) somente a pessoa jurídica;
- c) somente no âmbito criminal;
- d) pode ser aplicada a pessoa física e pessoa jurídica, no âmbito penal, administrativo e civil.

26. Assinale a alternativa **INCORRETA**.

A Polícia Administrativa Ambiental pode:

- a) fechar estabelecimento;
- b) embargar obras;
- c) celebrar acordo para autorizar obras;
- d) vedar a localização de indústria ou comércio em determinadas áreas.

DIREITO ELEITORAL

27. Cabem embargos de declaração, das decisões dos Tribunais Regionais Eleitorais, quando:

- a) denegarem habeas corpus;
- b) houver no acórdão obscuridade, dúvida ou contradição;
- c) ocorrer divergência na interpretação de lei entre dois ou mais Tribunais Eleitorais;
- d) forem proferidas contra expressa disposição de lei.

28. As condições de elegibilidade devem ser preenchidas para a participação política passiva. Um oficial da Polícia Militar do Estado e que conta mais de dez anos de serviço, decide ser candidato a Deputado Estadual. Ele é:

- a) elegível e, se eleito, deverá permanecer afastado de suas funções até o término do mandato;
- b) inelegível, porque os policiais militares estaduais são inalistáveis;
- c) elegível e, se eleito, passará automaticamente, no ato da diplomação, para a inatividade;
- d) inelegível, visto que o militar só pode ser candidato a cargo eletivo após vinte anos de serviço.

29. Assinalar a alternativa **CORRETA**.

- a) O domicílio eleitoral confunde-se necessariamente com o domicílio civil;
- b) O domicílio eleitoral não é condição de elegibilidade;
- c) Para concorrer à eleições, o candidato deverá possuir domicílio eleitoral na respectiva circunscrição pelo prazo mínimo de três meses antes do pleito;
- d) Em caso de mudança de domicílio, para a concessão de sua transferência é necessário um ano de inscrição definitiva e residência mínima de três meses no novo domicílio.

30. A distribuição de folhetos, volantes e outros impressos, que devem ser editados sob a responsabilidade do partido, coligação ou candidato, para veiculação de propaganda eleitoral:

- a) depende tanto da obtenção de licença municipal como da autorização prévia da Justiça Eleitoral;
- b) independe de qualquer autorização ou licença, mas o material a ser veiculado deve ser depositado no Cartório Eleitoral 24 horas antes da distribuição;
- c) depende de autorização prévia da Justiça Eleitoral, mas independe de licença municipal;
- d) independe da obtenção de licença municipal e de autorização da Justiça Eleitoral;

PROVA SUBJETIVA

1º Tema: Na disciplina do atual texto constitucional, foi notório o crescimento e o amadurecimento do Ministério Público. Com a ampliação de suas atividades, o MP é visto, atualmente, pela sociedade, entre as três instituições mais confiáveis pela sociedade. (FGV – Relatório Brasil). Sendo assim, disserte sobre as funções institucionais do Ministério Público.

2º Tema: A doutrina nacional, após a Constituição Federal de 1988, majoritariamente reconhece serem duas as formas de atuação do Ministério Público no processo civil: como agente e como interveniente. Disserte sobre estes dois aspectos da atuação ministerial.